



43

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2012

Nota Introdutória

Ao sermos convidada pela Directora da *Revista Portuguesa de História* para a coordenação do seu quadragésimo terceiro volume tomámos contacto com o respectivo tema: *Água: vida, economia, cultura*. Era, de alguma forma, a continuidade da temática proposta para o volume 41, quando, ao considerar-se a temática da *História rural* se abria a via à consideração de questões ambientais. Um e outro, representam, afinal e a nosso ver, uma tentativa de abertura da mais antiga Revista portuguesa dedicada aos temas históricos à agenda do momento, nas questões que se colocam à sociedade actual no seu mais premente futuro.

Ainda que assim seja e que o presente volume contenha quinze artigos directamente ligados à temática proposta, estamos em crer que o tema ainda poderia ter suscitado maior interesse, o que deixa em aberto um longo caminho a trilhar no que diz respeito às questões de historicidade em volta da água.

Era suficientemente abrangente, parece-nos, o tema proposto. E, de facto, as respostas, provenientes de tantas e tão múltiplas áreas do saber, demonstram essa presença mais ou menos poderosa, mas sempre fundamental, da água na vida do homem, ao longo da civilização.

No ano em que se anunciam as grandes comemorações dos centenários cistercienses (o nono da entrada de Bernardo de Fontaines, em Cister, e o mesmo nono da fundação de Claraval), o lugar e o papel da água nas estruturas cistercienses, sejam elas mais de natureza concepcional e estrutural, ou representem já a sua tradução material, mostram o seu vigor, através dos trabalhos de Baul Benoit e Jacqueline Rouillard, e de Virgolino Ferreira Jorge. Os primeiros assinam *L'hydraulique des abbayes cisterciennes au moment de l'implantation de l'ordre de Cîteaux au Portugal*, uma explanação sobre a relação dos cistercienses com a água, seja na sua matriz espiritual, seja nas realizações tecnológicas a ela ligadas, decorrentes da imposição da regra e dos usos próprios de Cister, que fizeram dos membros dessa Ordem verdadeiros agentes “do movimento de mecanização da indústria e do crescimento económico do seu tempo”, como escrevem os autores. Já Virgolino Ferreira Jorge, olhando a mesma realidade, se debruça sobre questões de técnica que permitiram as realizações cistercienses ligadas à utilização da água. Num misto do especialista das soluções e realizações técnicas próprias da hidráulica

cisterciense, descobre-se também o estudioso e o cidadão preocupado com o património, mesmo quando ele se afigura tão ligado ao quotidiano, quando se cruza com as soluções que demonstram como “os monges cistercienses [nos] ensinaram a domesticar a água, não só como ela se regula, mas também como se capta, transporta, armazena e gere com racionalidade”.

No devir português – diríamos mesmo, na longa história da civilização europeia e de cada um dos países que a construíram – a água assumiu um importantíssimo papel, fosse no chamamento, tão diverso nos tempos e nas formas, que o mar representou para eles, fosse nas leituras e aproveitamentos que, ao longo do tempo, os homens e os poderes fizeram das águas de suas terras e espaços. É neste amplo enquadramento que se englobam os trabalhos de Maria Helena da Cruz Coelho, *Portugal – um reino “plantador de naus”*, e Joaquim Romero Magalhães, *A presença portuguesa no Rio da Prata (1678-1777): como foi vista e explicada por Luís Ferrand de Almeida*.

Muito próximo, Tiago João Queimada e Silva, com o artigo *Os feitos de D. Fuas Roupinho na Crónica de 1419*, pretende lançar novas luzes sobre o contexto de criação e afirmação da figura do primeiro “almirante” português, personagem tão conhecida pelos portugueses, mas da qual, historicamente, pouco se sabe.

Ainda dentro de um contexto político, pode ainda ler-se o trabalho de Maria Isabel del Val Valdivieso, *Fiscalidad concejil y administración del agua en la Castilla del siglo XV*, que deixa bem patente todo o interesse que os concelhos colocaram na administração dos recursos hídricos dos seus limites, que se traduzia não só num amplo leque de obras a seu cargo, infra-estruturas e meios de produção capazes de proporcionar desenvolvimento económico da comunidade local, mas também num largo espetro de taxas e multas, que, não raro, conduziam a conflitos.

O facto de a água ser um factor central de desenvolvimento do homem e da história, aliado à circunstância de a *Revista Portuguesa de História* se sediar em Coimbra, cidade cujo percurso civilizacional só se compreende em função do rio que a banha, o Mondego, justifica a presença do artigo de Fernando Rebelo, *Rio Mondego e Coimbra – uma longa e ambivalente ligação*, trabalho que se assume como uma verdadeira “arqueologia” da ligação da cidade com o rio, no seu desenho, na sua evolução, no seu desenvolvimento, na sua história de inundações e de adaptação do homem “a cheias e inundações, ou a reagir contra elas, com obras, tanto na cidade de Coimbra, como no vale, a montante, ou nas vilas e aldeias da planície aluvial, a jusante”, dos tempos imemoriais até ao séc. XXI.

Ainda sobre a cidade de Coimbra, Maria Teresa Nobre Veloso assina um trabalho sobre *A água na cidade de Coimbra durante a Idade Média*, no qual desenvolve alguns aspectos da luta que as autoridades de Coimbra,

quer religiosas, quer civis, travaram para se apropriarem da água, nos tempos medievais. De passagem, não lhe fica indiferente “a relação, simultaneamente íntima e conflituosa, que a cidade manteve com o seu rio.”

Ainda relativo ao Mondego, mas agora em óptica mais focada numa actividade económica, centenária nos campos do Mondego, a sua bibliografia e o interesse da história de práticas seculares como memória identitária das populações que a viveram, José d’Encarnação oferece um pequeno, mas interessante estudo sobre *Arroz do Mondego – História recente e museologia*.

No conspecto alargado, outras cidades com ligações a águas, sejam elas fluviais ou de outras procedências, marcam também lugar neste volume. Referimo-nos a Coruche e Caldas da Rainha. No primeiro caso, Ana Maria Diamantino Correia oferece um estudo sobre *A evolução da malha urbana de uma vila ribeirinha: contributos para o conhecimento do caso de Coruche*, no qual, a partir da relação secular da antiga vila, hoje cidade de Coruche, com o rio Sorraia, proporciona uma viagem sobre o urbanismo histórico apresentando uma relação muito forte com o rio, entrelaçando-o com os diversos outros elementos de carácter económico, político e social “que, em conjunto, participam, directa e indirectamente, no evoluir de um qualquer aglomerado urbano”, em enfoque especial “para uma melhor apreensão e compreensão da memória e identidade local.” Já quanto a Caldas da Rainha, o caso é bem diverso. Hugo Franco d’Araújo subscreve *Caldas da Rainha, a vila e as águas. A administração do Hospital Termal nos finais do século XIX*, texto produzido a propósito dos quinhentos anos de outorga, pela rainha-viúva D. Leonor, do *Compromisso* ao hospital que, anos antes, ali havia fundado, bem como ao meio milénio de atribuição (1511), por D. Manuel I, do estatuto de vila à pequena localidade até aí conhecida como Caldas de Óbidos. O autor centra-se no séc. XIX, quando o conceito de turismo e lazer deu novo alento às Caldas. Por entre problemas locais, de administração própria do hospital, até à sua discussão no parlamento, o hospital termal marcou, indelevelmente, a história da vila, que o mesmo é dizer-se, “das águas que lhe deram razão de ser”.

Ainda em ligação com a água e o mundo urbano, se apresentam dois artigos sobre aquedutos, infra-estrutura fundamental de abastecimento de água em vários contextos, mormente no mundo urbano. José Manuel de Mascarenhas, Francisco Bilou e Nuno Sousa Neves assinam um texto sobre *O aqueduto romano de Olisipo: viabilidade ou utopia? Ensaio de traçado apoiado em modelação geográfica*. Para além da valoração dos testemunhos literários conhecidos e da interpretação funcional de estruturas arqueológicas romanas associadas à água, a proposta de definição do traçado do aqueduto, que se apresenta, decorre de ensaios inéditos, de processos de modelação geográfica inovadora em SIG, com a utilização de critérios muito variados, alguns repor-

tados aos próprios usos do mundo romano. O resultado do estudo remete para uma proposta bem diversa de uma outra, que se conhece pela referência de «aqueduto romano da Amadora».

Por último e em trabalho mais particularizante, uma vez que é dedicado a uma estrutura própria de uma instituição, Tiago Molarinho Antunes oferece um texto sobre *O aqueduto do Convento de Cristo, em Tomar. Análise preliminar da estrutura hidráulica*. Trata-se de uma obra iniciada na última década do século XVI, cujos trabalhos se prolongaram até 1619, data da inauguração deste aqueduto que teve a presença de D. Filipe II de Portugal. O estudo oferece uma breve sinopse histórica, dedicando-se à logística da execução do sistema hidráulico do conjunto, aos profissionais envolvidos e aos materiais empregados em obra. Nas opções arquitectónicas assumidas, resulta o modo como a estrutura interage com o território, os tipos de captação hidráulica e a forma de condução da água em todo o traçado, bem como o significativo conjunto de edifícios que o completam e as preocupações com a depuração da água.

O corpo dos textos temáticos encerra com uma reflexão de Walter Osswald sobre *Vis medicatrix naturae – a água como cura e como bem*, pequeno ensaio sobre os vários aspectos em que a água importa sob o ponto de vista da saúde humana, bem como se nos oferece uma análise ética das questões suscitadas pela escassez de água, do seu uso e de toda a problemática que o envolve.

Mais que cronologias a destacar, os artigos que compõem este volume reflectem diversas formações e múltiplas formas de olhar a água. De qualquer modo, em todos se revelam, seja de que forma for, as manifestações ou as consequências da presença e da utilização da *água na vida*, na *economia*, na *cultura*.

Incluindo, ainda, um estudo sobre a recepção da ideologia salazarista em Espanha, o volume termina com algumas recensões, dentre as quais, uma incide sobre uma obra cuja temática é a água e todo um património material e imaterial que a sua necessidade e o seu uso geraram ao longo dos tempos.

Como coordenadora deste volume, não posso deixar de tornar patente a minha gratidão a todos quantos, a convite ou de *motu proprio*, se dignaram colaborar. Estamos certa de que a leitura dos seus trabalhos não deixará de suscitar novas reflexões quer sobre o uso da “nossa irmã Água (...) tão útil e humilde, tão preciosa e tão casta”, quer sobre o seu aproveitamento, no mais lato sentido, até político, quer sobre as manifestações da agressividade ou hostilidade de que é capaz, nos seus excessos, quer nas diversas formas de cultura e civilização que pode revestir a sua utilização.

A coordenadora científica do volume
Maria Alegria Fernandes Marques